



## A ESPACIALIDADE, TERRITÓRIO E A TERRITORIALIDADE DOS LLAMOS DE MOJOS, TAPAJÓS, XINGUANOS E OS OMÁGUAS NO PERÍODO PRÉ-COLONIAL

Felipe Ribeiro da Silva Lopes<sup>1</sup>  
Maurício Gabriel Lopes Marinho<sup>2</sup>  
Iolanda Aida de Medeiros Campos<sup>3</sup>

### Resumo

Este artigo explora a especialidade, território e territorialidade dos povos Llamos de Mojos, Tapajós, Xinguanos e Omáguas no período pré-colonial, enfatizando sua relação com o meio ambiente da Amazônia e a organização socioespacial que sustentou suas culturas. A delimitação compreende a Amazônia no período pré-colonial. O estudo investiga como esses povos desenvolveram sofisticados sistemas de manejo territorial, refletidos nas suas práticas de subsistência e mobilidade. Os objetivos gerais incluem a análise da espacialidade, do território e da territorialidade desses grupos, enquanto os específicos visam entender a interdependência entre natureza e cultura. A pesquisa se justifica pelo conhecimento da espacialidade, território e territorialidade dos povos originários. A pesquisa é embasada em um referencial teórico interdisciplinar, com abordagem fenomenológica e revisão bibliográfica em fontes de história, geografia e arqueologia. Os resultados demonstram a complexidade das interações humanas com o ambiente amazônico, destacando o papel fundamental das populações indígenas na construção da paisagem amazônica.

**Palavras-chave:** Llamos de Mojos, Tapajós, Xinguanos, Amazônia, Territorialidade.

### Abstract

This article explores the speciality, territory, and territoriality of the Llamos de Mojos, Tapajós, Xinguanos, and Omáguas peoples in the pre-colonial period, emphasizing their relationship with the Amazonian environment and the socio-spatial organization that sustained their cultures. The delimitation encompasses the Amazon in the pre-colonial period. The study investigates how these peoples developed sophisticated systems of territorial management, reflected in their subsistence practices and mobility. The general objectives include the analysis of the spatiality, territory, and territoriality of these groups, while the specific objectives aim to understand the interdependence between nature and culture. The research is justified by knowledge of the spatiality, territory, and territoriality of the original peoples. The research is based on an interdisciplinary theoretical framework, with a phenomenological approach and a bibliographic review of sources from history, geography, and archaeology. The results demonstrate the complexity of human interactions with the Amazonian environment, highlighting the fundamental role of indigenous populations in the construction of the Amazonian landscape.

**Keywords:** Llamos de Mojos, Tapajós, Xinguanos, Amazon, Territoriality.

### Introdução

A Amazônia pré-colonial abrigava inúmeras civilizações, cada uma com práticas e formas de organização territorial adaptadas ao ambiente. Este artigo explora três culturas indígenas específicas: os Llamos de Mojos, Tapajós e Xinguanos. A análise se centra em três

---

<sup>1</sup> Graduando do curso de Licenciatura em Geografia, Universidade do Estado do Amazonas. E-mail: frsl.geo18@uea.edu.br

<sup>2</sup> Licenciado do curso de Licenciatura em Geografia, Universidade do Estado do Amazonas. E-mail: mglm.geo18@uea.edu.br

<sup>3</sup> Doutora, professora do Curso de Geografia, Universidade do Estado do Amazonas. E-mail: icampos@uea.edu.br



conceitos principais: espacialidade, território e territorialidade, com o intuito de entender como esses povos interagiram com o seu ambiente e como isso moldou suas sociedades. O objetivo geral deste estudo é compreender as complexas relações entre os habitantes pré-coloniais da Amazônia e o espaço que ocupavam, focando nos modos como esses povos geriam seus territórios e nas implicações culturais dessa gestão.

Especificamente, a pesquisa busca responder à seguinte pergunta norteadora: como os Llamos de Mojos, Tapajós e Xinguanos construíram suas territorialidades no contexto da Amazônia pré-colonial? A delimitação espacial inclui as áreas que correspondem aos atuais territórios boliviano e brasileiro, abrangendo o bioma amazônico onde esses grupos se desenvolveram. Justifica-se a pesquisa pela relevância em ampliar o conhecimento sobre a organização socioespacial indígena, contribuindo para o reconhecimento de suas práticas de manejo sustentável e conhecimento ecológico tradicional.

Metodologicamente, a pesquisa baseia-se na abordagem fenomenológica, focando nas experiências vividas e nas percepções dos povos sobre seus territórios, além de uma revisão bibliográfica extensa em artigos acadêmicos, livros e teses que tratam da história, geografia e arqueologia da Amazônia. O referencial teórico está centrado em autores como Santos (1996), Haesbaert (2004) e Becker (2013), que discutem a interação entre espaço, território e territorialidade em sociedades não ocidentais.

## **A Espacialidade dos povos amazônicos pré-coloniais**

As sociedades variam em suas formas de exercer poder, refletindo diferenças nas suas organizações geográficas e nas concepções de espaço e local. À medida que as sociedades evoluem, as áreas geográficas e seus significados também se transformam. A Geografia Histórica foca nas interconexões entre esses elementos, destacando que a organização espacial e seus significados estão intimamente ligados ao contexto social e histórico. Além disso, a Territorialidade enfatiza que essa organização espacial como a sua espacialidade e seus significados, embora influenciados por diversos fatores, também envolvem a manutenção de diferentes níveis de acesso para pessoas, objetos e relações (Sack, 1986).

A espacialidade refere-se à maneira como os povos percebem e interagem com o espaço ao seu redor. Para os Llamos de Mojos, por exemplo, a adaptação às planícies inundáveis foi



crucial para sua sobrevivência, o que implicou no desenvolvimento de complexas técnicas de gestão de recursos hídricos. Segundo Santos (1996), a espacialidade de uma sociedade está intimamente ligada à sua capacidade de transformar o ambiente, criando paisagens culturais que refletem as necessidades sociais e econômicas dos habitantes. Os Mojos, com seus canais e camellones (montes artificiais), exemplificam uma relação de simbiose com o ambiente, transformando a paisagem de maneira sustentável.

Segundo Corrêa (2000) a organização do espaço é uma totalidade da dimensão social do homem ao fazer sua história, sendo um processo de transformação onde a sociedade se modifica ou se paralisa como também modifica e paralisa o espaço sendo a organização espacial um reflexo da própria sociedade especializada.

De forma similar, os Tapajós e Xinguanos construíram seus espaços em torno de práticas agrícolas e rituais, utilizando as florestas como extensão de suas aldeias. Haesbaert (2004) sugere que a espacialidade indígena na Amazônia não deve ser vista apenas como uma adaptação ao meio, mas como uma interação dinâmica, onde as práticas culturais e ecológicas são continuamente negociadas e reinterpretadas. Assim, as florestas e rios não eram apenas recursos a serem explorados, mas parte integral da identidade cultural desses povos.

A espacialidade dos Xinguanos é um exemplo notável de interação harmoniosa entre cultura e ecossistema. Becker (2013) enfatiza que as sociedades amazônicas desenvolveram sistemas agrícolas diversificados, combinando cultivo intensivo com áreas de conservação, o que permitiu a manutenção de sua base alimentar sem comprometer a biodiversidade. Esses sistemas, como os campos elevados e as florestas manejadas, demonstram um profundo conhecimento ecológico que ainda influencia as práticas agrícolas contemporâneas na região.

A espacialidade dos Omáguas se moldava no espaço por meio de sua identidade política chamada de chefia ou cacicados uma sociedade estratificada com certo poder político local e regional muito próxima de formar um estado. Mais, contudo, não um estado moderno, é sim um estado próximo aos da antiguidade. Conforme Steward (1948) estava no terceiro estágio de da linearidade que ele propôs para avaliar as sociedades tribais da Amazônia passando por caçadores-coletores nômades, grupos sedentários tribais, chefias ou cacicados e estados próximos aos modelos dos povos andinos.



Segundo Santos (1996) o espaço é construído pela técnica que ele descreve com as tecnologias, que moldam o espaço geográfico as necessidades da sociedade. É evidente que as adaptações desses povos ao espaço geográfico amazônico foram capazes de desenvolver sua espacialidade, de uma maneira que não apenas coexistiam com a enorme biodiversidade da paisagem como a moldaram para o benefício de suas sociedades.

Os fatores ecológicos têm sido um ponto central nas discussões sobre os padrões de ocupação da Amazônia. Meggers (1987) argumentou que, durante o período pré-colonial, a existência de populações densas e sedentárias na região era rara, exceto em casos documentados por fontes etno-históricas, como os Tapajós e os Omáguas. Segundo a autora, as limitações impostas pelo ambiente amazônico, especialmente a baixa fertilidade dos solos, favoreciam padrões de assentamento dispersos e não permanentes, resultando em densidades populacionais baixas que se assemelhavam a comunidades autônomas etnograficamente conhecidas. Essa perspectiva destaca um contraste significativo com a ideia de grandes aglomerações urbanas, sugerindo que as condições ambientais moldavam profundamente a organização social das populações da região.

Por outro lado, outros autores, como Lathrap (1975), Carneiro (1970) e Roosevelt (1980; 1993; 1999), defenderam a ideia de que grandes aldeias com densas populações realmente existiram, especialmente em áreas ribeirinhas ao longo do Amazonas e seus principais tributários, onde sociedades complexas teriam se desenvolvido. Esses pesquisadores argumentam que as várzeas amazônicas, em particular, serviram como um solo fértil para o crescimento demográfico e a formação de unidades políticas organizadas, enquanto as regiões de terra firme se adequavam mais aos padrões dispersos descritos por Meggers. Essa divisão entre várzeas e terra firme ressalta a diversidade dos modos de vida e a complexidade social na Amazônia pré-colonial.

O modelo geral de Lathrap, conhecido como o “modelo cardíaco”, posiciona a Amazônia Central como um antigo centro de origem da cerâmica na América do Sul, ocupado desde o início do Holoceno. Segundo Lathrap (1975), essa região teria sido o local de dispersão de grupos como os proto-Tupí, uma hipótese que foi expandida para explicar a origem dos Tupinambá e Guaraní (Noelli, 1998). A partir do primeiro milênio da era cristã, a crescente densidade populacional nas várzeas da Amazônia Central teria gerado pressões demográficas



adicionais, exigindo soluções como a colonização de áreas mais distantes dos rios, que incluíam regiões florestais. Assim, as dinâmicas populacionais dessas várzeas contrastavam com as da terra firme, resultando em diferentes níveis de complexidade cultural.

Carneiro (1970) abordou a circunscrição ambiental como um fator explicativo crucial para o surgimento de estados em diversas regiões do mundo. De acordo com sua teoria, a pressão populacional sobre as terras cultiváveis levaria à fissão das aldeias e, conseqüentemente, à guerra por recursos, com os derrotados sendo incorporados pelos vencedores. Esse processo, conforme observado em várias partes do mundo, culminou na emergência de estados organizados. Na Amazônia, Carneiro questionou a razão pela qual havia chefias complexas, mesmo com vastas áreas de terra disponíveis. Sua resposta enfatiza que a limitação dos solos de várzea e a concentração de recursos aquáticos criaram condições semelhantes à circunscrição, influenciando a formação de estruturas sociais complexas.

Durante o período pré-colonial, a concentração populacional nas margens do Amazonas também resultou em conflitos e integração territorial, levando à formação de cacicados. Carneiro (1970) discute a noção de circunscrição social, referindo-se à proximidade das aldeias dentro de um território. Essa proximidade frequentemente resultava em guerras, uma vez que mesmo aldeias com organizações sociais autônomas tendiam a evoluir em direção a um desenvolvimento político mais elevado. O autor sugere que esse processo de circunscrição social também pode ter sido um fator determinante entre os grupos amazônicos pré-coloniais, influenciando a dinâmica social e política da região.

### ***O Território na visão dos povos amazônicos pré-coloniais***

O conceito de território vai além de um espaço geográfico delimitado, envolvendo também as relações de poder e pertencimento que nele se estabelecem. Para os Llamas de Mojos, o território não era apenas um local de residência, mas um espaço de controle e organização social. A construção de camellones e canais de irrigação mostra como esses povos territorializaram áreas alagadas, transformando-as em espaços produtivos e habitáveis. Segundo Haesbaert (2004), o território indígena deve ser entendido como um espaço vivido, onde as práticas cotidianas de subsistência e espiritualidade definem suas fronteiras e significados.





Como também de luta pela sobrevivência e da adaptação ao meio, a paisagem e território amazônico. Como afirma a seguir Robert Sack (1986, p.32):

Diferentes sociedades, usam diferentes formas de poder. Elas têm organizações geográficas diferentes e conceitos de espaço e local. As áreas geográficas e os significados mudam conforme as sociedades mudam. A Geografia Histórica está preocupada com essas interconexões. A Geografia Histórica aponta para o contexto sócio historicamente dependente da organização espacial e significado. E a Territorialidade aponta para o fato que, a organização geográfica e significado, enquanto dependem de muitas coisas, também pressupõem a manutenção de diferentes graus de acessos às pessoas, coisas e relações. As organizações espaciais e significados do espaço têm histórias e como também têm os usos territoriais do espaço; as três histórias estão, intimamente, ligadas e inter-relacionadas.

Nos territórios Tapajós, a gestão dos rios e florestas também era central para a organização do espaço social. Os rios serviam como eixos de comunicação e comércio, e as margens florestadas eram utilizadas para a agricultura e o manejo de recursos florestais. Para Becker (2013), o conceito de território entre os Tapajós implicava uma visão integrada de espaço, onde as atividades econômicas, religiosas e políticas se entrelaçavam de maneira a sustentar a coesão social. Como aponta Márcia Vieira:

O território tem, nestes termos, uma dimensão política intrínseca. Tem a dimensão de poder no centro de sua constituição. Em sua constituição os fatores culturais e simbólicos se imbricam de tal forma com fatores políticos que sua disjunção só é possível mediante a prática analítica, sendo que em seu status ontológico essas relações se dão por meio de uma sinergia que, no campo da atuação dos atores, o território passa a ser o elemento de identidade, ou seja, firma as particularidades de um grupo ou indivíduo com seu espaço de vivência, e da ação política (Silva, 2012, p. 37).

Entre os Xinguanos, o território era altamente ritualizado, com as aldeias construídas em torno de centros cerimoniais que funcionavam como pontos de convergência social e espiritual. Viveiros de Castro (1996) argumenta que o território xinguanos é uma expressão de cosmologia, onde cada espaço tem um significado sagrado e utilitário. Para esses povos, o território não se limita ao plano físico, mas estende-se ao espiritual, com mitos e rituais que reafirmam a relação dos habitantes com a terra.

Os Omágua que se organizavam territorialmente do baixo rio Napo ao Solimões, na foz rio Jandiatuba no atual município de São Paulo de Olivença se destacavam pelo seu senhorio chamado Aparia no século XVI e Tururucari no século XVII, encontrando-se centralizado em



uma aldeia principal próxima às atuais cidades de Tabatinga e Letícia que governava inúmeras aldeias por intermédio de líderes locais. Onde disputavam as várzeas, como o acesso aos rios que eram as estradas, a fonte de alimentos e das redes de trocas lhe dando o status quo de terra sagrada pois os Omáguas tinham uma relação cultural íntima com rios, furos e igarapés de seu território sendo descritos como grandes navegadores das águas dos rios da Amazônia o que lhes deu a alcunha por parte dos exploradores europeus de Fenícios da América. Como pondera a seguir sobre a relação do homem e o território:

É possível partir de uma constatação aparentemente banal: sem dúvida o homem nasce com o território, e vice-versa, o território nasce com a civilização. Os homens, ao tomarem consciência do espaço em que se inserem (visão mais subjetiva) e ao se apropriarem ou, em outras palavras, cercarem este espaço (visão mais objetiva), constroem e, de alguma forma, passam a ser construídos pelo território (Haesbaert; Limonad, 2007, p.42).

Essas organizações indígenas desenvolveram culturas próprias, redes de trocas e grandes aldeamentos densamente povoados, continham organização espacial única adaptando-se a convivência com a natureza e ao mesmo tempo disputavam com os povos vizinhos o acesso aos rios e às várzeas, promovendo, assim, alianças, guerras dentro da Amazônia pré-colonial, na tentativa de demarcar sua territorialidade.

### ***A Territorialidade dos Povos amazônicos pré-coloniais***

A territorialidade refere-se à abordagem usada para gerenciar recursos humanos, naturais e sociais em uma área específica, com objetivos políticos ou privados. Essa estratégia pode se manifestar em diferentes intensidades e em variados contextos sociais, sendo aplicada tanto nas interações políticas do cotidiano quanto em organizações mais complexas. Pode ser vista como uma das primeiras formas de poder social, servindo como um mecanismo para relacionar espaço e tempo (SACK, 1986).

A Territorialidade, então, forma um cenário para as relações espaciais humanas e as concepções do espaço. A Territorialidade aponta para o fato de que as relações espaciais humanas não são neutras. As pessoas, simplesmente, não interagem no espaço e se movem através do espaço como bolas de bilhar. Ao invés disso, a interação humana, o movimento e o contato são também questões de transmissão de energia e informação, para afetar, influenciar e controlar as idéias e ações de outros e seus acessos às fontes. As relações espaciais humanas são resultadas da influência e poder. A Territorialidade é a forma espacial primária do poder (Sack, 1986, p.31-32).



A territorialidade é a expressão mais subjetiva e política da relação dos povos com o espaço. Para os Llamos de Mojos, essa relação se manifestava em práticas que garantiam o controle de áreas estratégicas para a agricultura e o manejo de água. A construção de infraestrutura hídrica permitiu que esses povos controlassem as inundações sazonais, transformando áreas alagadas em terras produtivas. Como observa Santos (1996, p. 34), "a territorialidade está intrinsecamente ligada à capacidade de uma sociedade em impor sua lógica espacial sobre o meio ambiente, transformando-o para atender às suas necessidades".

Robert Sack (1986) argumenta que a Territorialidade, quando considerada isoladamente e de forma descritiva, pode se assemelhar à análise da distância geográfica nas discussões sobre espaço. Contudo, uma diferença fundamental é que a Territorialidade é sempre uma construção social, enquanto a distância física não é. Embora o ato de conceber, descrever e medir distâncias possa ser visto como uma construção social, as forças sociais que organizam as coisas no espaço são ainda mais relevantes.

A Territorialidade está intrinsicamente ligada ao contexto social, pois só existe quando indivíduos ou grupos tentam influenciar as interações de outros. Não é necessário que essa tentativa ou a interação ocorra entre dois objetos no espaço para que haja uma distância específica entre eles. Embora as distâncias possam ser comparadas e medidas, pouco se pode afirmar de forma abstrata sobre como elas afetam o comportamento.

Sua influência depende da existência de canais reais de comunicação, como estradas e vias, que conectem essas distâncias. Portanto, usar indiscriminadamente a medição física da distância em relação a canais de comunicação ou interações significativas pode levar a uma compreensão da distância que não leva em conta suas relações contextuais.

Entre os Tapajós, a territorialidade estava fortemente vinculada ao controle dos rios, que não só forneciam água e alimento, mas também funcionavam como rotas de comércio e contato com outros povos. Segundo Haesbaert (2004, p. 87), "a territorialidade dos povos amazônicos transcende a mera ocupação de espaço, envolvendo também estratégias complexas de controle sobre recursos naturais e rotas comerciais". Dessa forma, a territorialidade tapajônica era marcada por uma integração funcional e simbólica entre os rios e as aldeias, o que permitia o florescimento de uma rede social complexa e interdependente.





A territorialidade dos Xinguanos também revela uma relação profunda com o meio ambiente, marcada pela organização das aldeias em torno de centros cerimoniais e pelo manejo sustentável dos recursos naturais. Viveiros de Castro (1996, p. 145) sugere que "a territorialidade xinguanas é antes de tudo uma manifestação de sua cosmologia, onde a terra e seus recursos são vistos como parte de uma rede sagrada que sustenta a vida social e espiritual da comunidade". Para esses povos, a territorialidade envolvia não apenas o uso material dos recursos, mas também a manutenção de um equilíbrio espiritual com o ambiente, refletido em rituais que reafirmavam a conexão entre os habitantes e a terra.

A territorialidade dos Omágua, ou Cambeba, exemplifica como sociedades indígenas controlaram vastas áreas da Amazônia, abrangendo do baixo rio Napo até os rios Javari e Içá, totalizando cerca de 600 quilômetros (Figueiredo, 2011; Porro, 1995). Documentados nas crônicas dos séculos XVI e XVII, os Omágua eram organizados em aldeias com centenas de habitantes e possuíam uma estrutura social complexa. O Tururucari, líder supremo, exercia uma autoridade quase divina sobre caciques menores, consolidando a coesão social e a defesa do território a partir da aldeia Aparia Grande, que funcionava como núcleo do poder (Carvajal, apud Porro, 1992). A necessidade de afirmar sua presença em face de constantes incursões, como as dos Machifaro, levou à construção de estruturas defensivas (Silva, 2012). No entanto, epidemias e pressões externas resultaram na desagregação social e na redução populacional, conforme observado pelo padre Samuel Fritz no final do século XVII (Pinto, 2006).

## **Metodologia**

A abordagem metodológica deste estudo foi fenomenológica, o que permitiu uma análise das experiências vividas pelos povos pré-coloniais em sua interação com o espaço. O método fenomenológico, segundo Merleau-Ponty (1999), enfoca a experiência subjetiva e o modo como os indivíduos e grupos percebem e vivenciam o espaço ao seu redor. Essa abordagem é especialmente relevante para compreender as territorialidades indígenas, que envolvem uma percepção do território que vai além do aspecto físico, abrangendo dimensões culturais e espirituais.

Os procedimentos metodológicos incluíram uma pesquisa bibliográfica extensiva em artigos acadêmicos, livros e teses nas áreas de história, geografia e arqueologia. A revisão bibliográfica permitiu traçar uma visão abrangente sobre o manejo territorial dos Llamos de



Mojos, Tapajós, Xinguanos e Omáguas com base em autores de geografia, história e arqueologia. Além disso, foram utilizadas fontes secundárias que abordam a arqueologia da Amazônia, contribuindo para uma análise interdisciplinar do tema.

## **Os Llamos de Mojos da Bolívia**

Os Llamos de Mojos, localizados na região do departamento de Beni na Bolívia, destacam-se pelo uso sofisticado da paisagem inundável para criar um sistema agrícola que transformou o ambiente de maneira sustentável. Um dos principais objetivos da pesquisa era entender como esse grupo desenvolveu uma gestão territorial eficiente. Os Mojos construíram camellones (montes artificiais) que lhes permitiram drenar a água durante a estação chuvosa e reter umidade durante a seca. Isso permitiu a produção de alimentos em larga escala, mesmo em terrenos alagados (Erickson, 2006) revela um conhecimento profundo geográfico do meio ambiente amazônico.

As pampas inundáveis dos Llanos de Mojos ocupam aproximadamente 120.000 km<sup>2</sup> do Departamento Beni, no norte das terras baixas da Bolívia. Os montículos artificiais pré-hispânicos, localmente chamados de "lomas", estão presentes apenas na parte sul, com a maior concentração a leste do rio Mamoré. É importante ressaltar que os montículos artificiais não estão presentes em toda a extensão dos Llanos de Mojos, apesar de que, em algumas literaturas, tem-se sustentado o contrário (Prümers, 2017, p.58).

De acordo com Prümers (2017), os montículos artificiais encontrados em várias regiões da Amazônia já revelaram alguns de seus segredos. Sabe-se a época de sua construção e as variações no tamanho e extensão desses montículos. Além disso, a localização deles em relação ao acesso a recursos naturais sugere diferenças na importância social e econômica de cada local. É provável que as populações responsáveis pela construção dos montículos fossem numerosas e formassem sociedades estratificadas identificadas como "cacicados", uma vez que a construção exigia planejamento e uma considerável mão de obra. Supõe-se também que o design dos locais e a coordenação das obras estivessem a cargo das classes dirigentes.

Essas práticas demonstram que a territorialidade dos Llamos de Mojos não se limitava à ocupação passiva do espaço, mas envolvia um controle ativo e criativo da paisagem. Como destaca Erickson (2008), "a capacidade dos Mojos de transformar as áreas de várzea em paisagens produtivas e complexas foi uma das características marcantes da sua organização



territorial" (p. 45). Essa territorialidade também incluía o manejo sustentável dos recursos naturais, evitando a degradação do solo e promovendo a biodiversidade.

As pesquisas arqueológicas na região indicam que a espacialidade dos Llamos de Mojos está diretamente relacionada à sua sobrevivência em um ambiente hostil. A adaptação ao ambiente inundável e o desenvolvimento de infraestruturas específicas para o manejo da água são exemplos claros da relação profunda entre cultura e meio ambiente. Segundo Denevan (1966), a construção dessas infraestruturas foi essencial para o crescimento populacional e para a criação de uma sociedade estruturada. O território dos Mojos não era apenas físico, mas também social e espiritual, refletindo sua cosmologia e organização social.

Além disso, a territorialidade dos Llamos de Mojos estava intrinsecamente ligada ao poder político e à organização social. O controle das áreas produtivas permitia o surgimento de uma elite que centralizava o poder sobre os recursos. Como sugere Lombardo (2011), a relação entre poder e território nos Mojos era mediada pelo acesso a recursos hídricos e pela capacidade de gerir grandes áreas agrícolas. Isso indica uma territorialidade baseada em relações de dependência e controle, onde o espaço físico moldava as dinâmicas sociais.

Por fim, os Llamos de Mojos demonstraram uma compreensão única de como modificar a paisagem sem destruí-la, criando um modelo de manejo territorial que serve de exemplo para práticas modernas de sustentabilidade. Conforme Erickson (2006, p. 78), “o manejo indígena da paisagem oferece lições importantes para a agricultura sustentável contemporânea, ao demonstrar que é possível intensificar a produção agrícola sem comprometer os ecossistemas”.

## **Os Tapajós Ceramistas do Baixo Amazonas**

Os Tapajós, habitantes da região do rio Tapajós no atual município de Santarém no Estado do Pará, desenvolveram uma cultura sofisticada que combinava agricultura, pesca e manejo florestal. A pesquisa buscou entender como esse grupo geria seu território e como sua organização social estava ligada ao controle dos recursos naturais. Os Tapajós utilizavam o rio como via principal para a circulação de pessoas e mercadorias, o que estabelecia uma rede de interações entre aldeias, reforçando a coesão territorial (Heckenberger, 2005). Esse uso estratégico dos rios permitiu a criação de uma economia estável, baseada na pesca e na agricultura de várzea e da terra firme em áreas de Terra Preta.



A territorialidade dos Tapajós estava fortemente vinculada à gestão dos recursos aquáticos, e sua organização espacial refletia essa dependência. Becker (1995) argumenta que o controle sobre as margens dos rios e a capacidade de acessar diferentes ecossistemas eram fundamentais para a estruturação do território. Os usos sustentáveis da floresta também desempenhavam um papel importante, com sistemas agrícolas que combinavam o cultivo de roças com a coleta de produtos florestais, demonstrando um conhecimento profundo do ambiente. Gomes et al. (2018) afirmam que a configuração espacial na região de Santarém deve ser compreendida por meio da presença de aldeias maiores, como os Sítios Aldeia e Porto, que possuem alta densidade populacional e se conectam com outros sítios nos três séculos que precedem a conquista europeia.

Durante os anos 1990 e início dos anos 2000, predominava a interpretação de que essa organização territorial refletia a existência de cacicados, ou seja, sociedades complexas e hierarquizadas, com assentamentos centrais e aldeias satélites subordinadas. Contudo, essa visão foi revisada, destacando que, entre os Tapajós, as relações sociais e os laços regionais, construídos por atividades produtivas e rituais, eram mais relevantes do que a centralização política, sugerindo a necessidade de novas abordagens, como o conceito de desterritorialização (Haesbaert, 2004)

Como destaca Heckenberger (2005, p. 150), "a organização espacial dos Tapajós se baseava em uma relação simbiótica entre os rios, as florestas e as aldeias. O território não era apenas um espaço físico, mas um ambiente culturalmente modificado e socialmente integrado". Esse manejo territorial era parte integrante da identidade dos Tapajós, que viam o rio como uma extensão de sua cultura e organização social.

Os resultados também indicam que a territorialidade dos Tapajós envolvia uma forte ligação com o mundo espiritual. Os rios e florestas eram considerados espaços sagrados, e muitas práticas rituais estavam relacionadas ao uso desses recursos. O território, para os Tapajós, era tanto uma fonte de subsistência quanto um local de interações espirituais. Viveiros de Castro (2001) destaca que essa conexão entre o ambiente físico e o espiritual era fundamental para a manutenção da coesão social e da identidade cultural dos Tapajós.

Por fim, os Tapajós demonstram como a gestão integrada de território e recursos naturais pode sustentar uma sociedade complexa por longos períodos. A pesquisa sugere que a



territorialidade tapajônica não era apenas uma questão de uso do espaço, mas uma forma de assegurar a continuidade cultural e ecológica. Segundo Heckenberger (2005, p. 180), “a relação entre os Tapajós e seu ambiente era profundamente simbiótica, e sua territorialidade refletia uma compreensão avançada da sustentabilidade a longo prazo”.

## **Os Xinguanos antigos das Cidades jardins do Alto Xingu**

O Alto Xingu, conforme descrito por Fausto (2005), corresponde à porção meridional do Parque Indígena do Xingu, estendendo-se desde sua fronteira sul, na latitude 13° S, até a confluência dos rios Batovi, Culuene e Ronuro, conhecida como Morená. Durante seu auge, entre os séculos XIII e XVII, essa região abrangia quase toda a drenagem que forma o rio Xingu, estendendo-se desde a latitude 13° 15” S até a foz do rio Suyá Missu, com uma ampla faixa à jusante da confluência do Morená.

Geograficamente, o Alto Xingu é uma região de transição entre o cerrado e a floresta densa amazônica, apresentando características ecológicas únicas. Embora a floresta tropical predomine nas áreas mais elevadas, a região também abriga campos abertos que são parcialmente inundáveis, florestas de galeria e diversas formações lacustres que possuem uma rica biodiversidade, frequentemente conectadas por pequenos canais. Essa complexidade ecológica contribui para a diversidade de habitats e recursos disponíveis, fundamentais para as comunidades indígenas que habitam a área (Fausto, 2005).

Os habitantes do Alto Xingu, são conhecidos por sua organização social complexa e sua relação harmoniosa com o meio ambiente. A pesquisa focou em como esse grupo construiu sua territorialidade e como suas práticas culturais influenciaram o manejo da terra. Os Xinguanos estabeleceram aldeias organizadas em torno de centros cerimoniais, que funcionavam como o coração social e espiritual de suas comunidades (Viveiros de Castro, 1996). Essas aldeias eram rodeadas por áreas agrícolas e florestas manejadas, evidenciando uma relação equilibrada entre cultura e ecologia.

A territorialidade dos Xinguanos estava profundamente enraizada em sua cosmologia, que via a terra como um espaço sagrado. O território era mais do que uma simples área de subsistência; era um reflexo das crenças e rituais xinguanos. Viveiros de Castro (1996) sugere que a relação entre os Xinguanos e seu território envolvia uma dimensão espiritual, onde o





manejo da terra estava interligado a rituais que garantiam a harmonia com os espíritos da floresta e dos rios. Essa visão cosmológica do território influenciava todas as atividades cotidianas, desde a agricultura até a caça e a pesca.

De acordo com Heckenberger (2005), o manejo xinguno da paisagem era sofisticado, envolvendo a criação de florestas antropogênicas, que aumentavam a biodiversidade e a disponibilidade de recursos. A agricultura era realizada em pequenos campos rotativos, o que permitia a recuperação do solo e evitava o esgotamento dos recursos. Esse sistema de manejo demonstrava um profundo conhecimento ecológico e uma capacidade de adaptar as práticas de subsistência às condições ambientais variáveis.

Para Heckenberger (2005, p. 90) afirma que “a territorialidade dos Xinguanos pode ser entendida como uma manifestação de sua cosmologia, onde cada aspecto do território, desde as aldeias até as florestas, está imbuído de significados sociais e espirituais”. Essa relação entre território e cosmologia permitiu que os Xinguanos mantivessem uma ocupação sustentável do Alto Xingu por séculos, criando um modelo de gestão territorial que ainda influencia as práticas contemporâneas.

Os resultados indicam que a territorialidade dos Xinguanos é um exemplo notável de como a organização social e a cosmologia podem influenciar o manejo sustentável do território. O controle cuidadoso dos recursos e a integração de práticas culturais e espirituais no uso da terra criaram um sistema de gestão ecológica que garantiu a sustentabilidade a longo prazo.

## **Os Omáguas do Alto Solimões “ Os Fenícios da América”**

A territorialidade, no contexto dos Omáguas, emerge como uma estratégia complexa que articula o controle de recursos humanos, naturais e sociais em um espaço geográfico específico, conferindo a essa etnia um poder significativo no cenário amazônico. Essa dinâmica, conforme Robert Sack (1986) através do cacicado, pode ser compreendida como uma expressão primária de poder social, onde o controle territorial não apenas molda a identidade de um povo, mas também suas relações com outros grupos e com o meio ambiente.

Segundo Lopes (2024) os Omáguas tinham uma relação intimamente ligada aos rios, igarapés, furos e lagos sendo exímios navegadores das águas da Amazônia sendo chamados pelos cronistas dos séculos XVI e XVII de os Fenícios da América comparando ao povo que



existiu no Norte da África na Idade Antiga os Fenícios. Esse povo exerceu seu poder pelo território das várzeas, cujo acesso aos rios lhe dava um status quo de terra sagrada.

O cacicado Omágua, descrito nas crônicas dos séculos XVI e XVII, exemplifica essa territorialidade, destacando a organização sociopolítica e o domínio que os Omáguas exerciam sobre suas terras, desde as margens do baixo rio Napo até os rios Javari e Içá, evidenciando a importância de suas aldeias e a centralidade de sua liderança.

O senhor Aparia da aldeia de Aparia Grande que talvez deva ser lido de “Aparia o Grande”, nas proximidades de Letícia e Tabatinga, era reconhecido desde Aparia Menor “o Menor”, no baixo Napo, até a foz do Jandiatuba (São Paulo de Olivença), a Gran Omagua (...), governam-se por principais (...), a que todos obedecem em grandíssima sujeição e lhe chamam Tururucari, que quer dizer seu Deus e ele por tal se tem (Carvajal, apud Porro, 1992, p. 17).

De acordo com Porro (1995) seus domínios se estendiam por 600 quilômetros, ao longo da calha dos rios Napo, Solimões e Amazonas. Suas aldeias foram descritas com cerca de vinte povoados compostos por cinquenta casas cada um, em ambas as margens do rio.

Os Omáguas, conhecidos também como Cambeba, eram descritos como parte da Província de Aparia e ocupavam uma vasta extensão de território, conforme Figueiredo (2011) e Porro (1995). Suas aldeias, organizadas em comunidades que podiam atingir até cinquenta casas, eram distribuídas ao longo dos rios, formando um conjunto coeso que não apenas sustentava sua população, mas também facilitava a interação e o comércio com outros grupos.

À medida que o território se expandia, o controle sobre ele se tornava uma questão de sobrevivência, refletindo uma estrutura de poder que combinava elementos de centralização e descentralização, onde o chefe maior, o Tururucari, exercia autoridade sobre caciques regionais, formando uma rede de liderança interconectada.

No século XVII, essa territorialidade se manifestou em práticas defensivas como a Buffer Zone, uma área despovoada que servia para proteger os Omáguas de incursões de povos vizinhos, como os Machifaro. Essa estratégia, conforme Silva (2012), ilustra a relação intrínseca entre território e segurança, onde o espaço não apenas é um local de vida, mas também um campo de batalha em disputas por recursos e controle. As fortificações e fossos construídos ao redor das aldeias, além de serem um reflexo da necessidade de defesa,



representam a territorialidade em ação, indicando um estado permanente de conflito e a necessidade de afirmação do domínio sobre a região.

Em relação à extensão territorial tem-se relato de que em meados do século XVII, o território Omágua/Kambéba havia, porém, se estendido para Leste, abaixo do Jutai. À jusante dos Omágua/Kambéba ficava a província de Machiparo, que ocupava as duas margens do Solimões por mais de 200 km, entre Tefé e Coari (Silva, 2012, p. 62).

A estrutura social dos Omáguas era caracterizada por uma hierarquia complexa, onde a liderança era distribuída entre os principais caciques, refletindo um modelo de governança que favorecia a descentralização do poder. Cada aldeia, sob a égide do Tururucari, era administrada por caciques menores que, embora subordinados, detinham considerável autonomia. Essa configuração permitia uma resposta mais ágil às dinâmicas locais, mantendo a coesão e a unidade do povo Omágua frente às ameaças externas, e evidenciava como a territorialidade estava entrelaçada com as relações sociais e políticas (Lopes, 2024).

As interações comerciais dos Omáguas, baseadas em uma rede de trocas com outras etnias e exploradores europeus, também são fundamentais para entender sua territorialidade. A capacidade de negociar e adquirir recursos de outras regiões, em troca de produtos como cerâmicas e ouro, reforçou não apenas sua posição econômica, mas também sua importância estratégica na Amazônia. As descrições de seus mercados de trocas e das rotas comerciais que se estendiam por rios e caminhos terrestres ilustram um povo que, além de guerreiro, era habilidoso em estabelecer alianças e parcerias, construindo uma rede de interdependências que era crucial para sua sobrevivência (Lopes, 2024).

As observações dos cronistas, como o padre Samuel Fritz, ressaltam o impacto devastador do contato europeu sobre a sociedade Omágua. O surgimento de doenças e a exploração colonial resultaram na drástica diminuição da população e na fragmentação de sua organização social. A territorialidade dos Omáguas, antes um símbolo de força e coesão, começou a desmoronar à medida que suas aldeias se tornavam alvos de ataques e suas tradições culturais eram desafiadas. Assim, a narrativa dos Omáguas, que um dia foram descritos como uma nação poderosa, se transformou em um testemunho da fragilidade das sociedades indígenas diante das forças colonizadoras (Silva, 2012).



Atualmente, a luta pela reafirmação da identidade Omágua, que busca resgatar elementos de sua cultura e língua, reflete a persistência desse povo em manter sua conexão com o território que outrora dominaram. Estão presentes nas áreas próximas ao baixo rio Napo no Peru e no Brasil no alto Solimões em aldeias próximas aos municípios de Tabatinga, São Paulo de Olivença e Tefé como também nas proximidades da capital do Estado do Amazonas a cidade de Manaus na estrada Manoel Urbano – AM 70 (Lopes, 2024).

A pesquisa contemporânea sobre a territorialidade dos Omáguas não apenas reitera a importância histórica desse povo, mas também serve como um indicativo das complexas interações entre espaço, identidade e poder. A busca pela autonomia territorial no contexto atual é um desdobramento natural de sua herança, onde o território, longe de ser apenas um espaço físico, é um símbolo de resistência e de continuidade cultural frente a séculos de adversidade.

## **A Importância da Geografia Histórica da Amazônia**

A geografia histórica da Amazônia é fundamental para entender a complexidade das interações entre os povos indígenas e o meio ambiente. Ela nos permite ver como as sociedades amazônicas, muitas vezes consideradas como "primitivas", na verdade desenvolveram sistemas altamente sofisticados de manejo de território, que refletem um profundo entendimento ecológico. Ao estudar a geografia histórica da região amazônica, podemos reavaliar o papel dos povos indígenas na modelagem da paisagem amazônica, reconhecendo-os como agentes ativos de transformação ambiental.

A preocupação da Geografia com os usos múltiplos e conceitos de espaço e com a Geografia Histórica dos diferentes povos, apresentam o espaço como uma moldura complexa, na qual indivíduos e grupos estão situados. Através, da qual eles interagem e pela qual eles fazem afirmações. Estas interconexões entre o espaço e o comportamento residem na Territorialidade, cujo o estudo tem permanecido em segundo plano, completamente negligenciado pela análise espacial (Sack, 1986, p.30).

A geografia histórica da Amazônia vai além dos conceitos estabelecidos pela visão economicista que aborda a geografia da região a partir da colonização onde o sistema econômico dos séculos XVI e XVII foram impostas as sociedades aqui presentes. Ela busca trazer uma nova análise geográfica das dimensões territoriais e da importância dos povos originários da Amazônia na construção do espaço amazônico. Além disso, a geografia histórica



oferece uma perspectiva importantíssima para entender como a colonização europeia alterou drasticamente as dinâmicas territoriais na Amazônia. Os sistemas de manejo indígena, baseados na sustentabilidade, foram em grande parte desmantelados com a chegada dos colonizadores, o que resultou em processos de degradação ambiental que ainda hoje afetam a região. Portanto, a geografia histórica da Amazônia não apenas ilumina o passado, mas também oferece lições importantes para o presente e o futuro da gestão territorial na região.

### Considerações finais

Os estudos apresentados neste artigo destacam a importância de compreender a espacialidade, território e territorialidade dos povos indígenas da Amazônia, como os Llamos de Mojos, Tapajós, Xinguanos e Omáguas para a construção de uma geografia mais inclusiva e abrangente. Esses grupos desenvolveram sistemas complexos de manejo territorial que se baseavam em um conhecimento profundo do meio ambiente e em uma relação simbiótica com a natureza. A pesquisa evidenciou que a territorialidade desses povos não era apenas uma questão de sobrevivência, mas também de identidade cultural e espiritual.

Os resultados discutidos demonstram a relevância de aprofundar o estudo da geografia histórica da Amazônia, com objetivo nos povos originários que desempenharam um papel importantíssimo na construção da paisagem da região amazônica. Propor futuras pesquisas geográficas sobre esses temas é fundamental para promover uma melhor compreensão dos sistemas indígenas de manejo territorial e sua aplicabilidade no contexto contemporâneo de sustentabilidade. Além de expandir a visão geográfica de uma Amazônia constituída de uma miríade de povos e sociedades e conhecimentos geográficos que ultrapassam a versão eurocêntrica de um vazio geográfico.

### Referências

- BECKER, B. **Geografia e Amazônia: A Dimensão Humana**. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.
- CARNEIRO, R. L. **A Theory of the Origin of the State**. *Science*, 169 (3947): 733-738, 1970. Disponível em <https://www.science.org/doi/10.1126/science.169.3947.733> . Acesso em 02 nov. 2024.





- CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização espacial**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2000.
- DENEVAN, W. M. **The Aboriginal Cultural Geography of the Llanos de Mojos of Bolivia**. University of California Press, 1966.
- ERICKSON, C. L. Amazonia: The Historical Ecology of a Domesticated Landscape. In: Balée, W.; Erickson, C. L. (orgs.). **Time and Complexity in Historical Ecology**. Columbia University Press, 2006.
- FAUSTO, Carlos. Entre o passado e o presente: mil anos de história indígena no Alto Xingu. **Revista de Estudos e Pesquisas**, v. 2, n. 2, p. 9-51, 2005.
- GOMES, Denise Maria C. et al. Múltiplos territórios: os sítios vizinhos às grandes aldeias de Santarém, PA. **Revista de Arqueologia**, v. 31, n. 1, p. 03–24, 2018. DOI: 10.24885/sab.v31i1.492. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/492>. Acesso em: 18 out. 2024.
- HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização: Do "Fim dos Territórios" à Multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. **Etc..., Espaço, Tempo e Crítica**, Niterói, v. 2, n. 4, p. 41-52, ago. 2007. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/228455262\\_O\\_territorio\\_em\\_tempos\\_de\\_globalizac\\_ao](https://www.researchgate.net/publication/228455262_O_territorio_em_tempos_de_globalizac_ao). Acesso em: 22 out. 2024.
- HECKENBERGER, M. **The Ecology of Power: Culture, Place, and Personhood in the Southern Amazon, AD 1000-2000**. New York: Routledge, 2005.
- LATHRAP, D. **O Alto Amazonas**. Lisboa: Editorial Verbo, 1975.
- LOMBARDO, U. **The Agricultural Prehistory of the Bolivian Amazon**. Antiquity, 2011.
- MEGGERS, B. **Amazônia: A Ilusão de um Paraíso**. Rio de Janeiro: Itatiaia, 1987.
- LOPES, Felipe Ribeiro da Silva. **Os Fenícios da América: o território e a organização socioespacial dos Omágua da Amazônia dos séculos XVI e XVII e nos dias atuais**. 2024. 98 f. TCC (Graduação em Geografia) - Universidade do Estado do Amazonas, Manaus-AM.



Disponível em: <http://repositorioinstitucional.uea.edu.br/handle/riuea/5892> Acesso em 22/10/2024.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

NOELLI, F. S. The Tupi: explaining origin and expansions in terms of archaeology and historical linguistics. *Antiquity, Special sections: Issues in Brazilian archaeology*, 72(277): 648-663, 1998.

PINTO, Renan F. (Org.). **O Diário do Padre Samuel Fritz**. Manaus-AM: Editora Edua - UFAM, 2006.

PORRO, Antônio. **As crônicas do Rio Amazonas**. Petrópolis - RJ: Vozes, 1992.

PORRO, Antônio. **O Povo das Águas**: Ensaios de Etno-história Amazônica. São Paulo-SP: 1995

PRÜMERS, Heiko. Los montículos artificiales de la Amazonía. In: ROSTAIN, Stéphen; BETANCOURT, Carla Jaimes (ed.). **Las Siete Maravillas de la Amazonía precolombina**. La Paz - Bolívia: Plural Editores, 2017. Cap. 2. p. 47-72. (Bonner Amerikanistische Studien N°53).

ROOSEVELT, A. C. **Parmana**: Prehistoric, Maize and Manioc Subsistence along the Amazon and Orinoco. New York: Academic Press, 1980.

ROOSEVELT, A. C. Chiefdoms in Amazon and Orinoco. In: DRENNAN, R. & URIBE, C. (eds.), **Chiefdoms in Americas**. University Press of America, p. 153-85, 1987.

ROOSEVELT, A. C. Determinismo Ecológico na Interpretação do Desenvolvimento Social Indígena da Amazônia. In: NEVES, W. (Ed.) **Adaptações e Diversidade do Homem Nativo da Amazônia**, Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, p. 103-142, 1991.

ROOSEVELT, A. C. **The Rise and Fall of the Amazonian Chiefdoms**. L'Homme, 1993.

ROOSEVELT, A. C. Complex Politics in the Ancient Tropical World. **Archaeological Papers of the American Anthropological Association** 9:13-33, 1999.

SACK, Robert D. **Territorialidade Humana**: sua teoria e história. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.



# MARUPIARA

REVISTA CIENTÍFICA DO CENTRO DE ESTUDOS  
SUPERIORES DE PARINTINS

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, Márcia V. da. **Reterritorialização e Identidade do Povo: Omágua/Cambeba na Aldeia Tururucari-Uka**. 2012. 176 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Geografia Humana, Universidade Federal do Amazonas-UFAM, Manaus-AM, 2012.

SOUZA, Rosemeire O. **Omágua: A invenção e trajetória de uma categoria étnica colonial no Alto Amazonas Séculos XVI-XVII**. 2014 188 f. Tese (Doutorado de História) – Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo-SP, 2014.

STEWART, Julian Haynes. **Handbook of South American Indians**. Washington: Government Printing Office, 1948.

UGARTE, Auxiliomar S. **Sertões de Bárbaros, Ó mundo natural e as sociedades indígenas da Amazônia na visão dos cronistas ibéricos (séculos XVI – XVII)**. Manaus-AM: Editora Valer, 2009.

VIVEIROS DE CASTRO, E. **Araweté: Os Deuses Canibais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Trabalho apresentado em 04/05/2025

Aprovado em 20/06/2025